



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

19 de agosto de 2022

Notícias do Dia Caderno ND 16 em 1

“As questões relacionadas à segurança da informação e LGPD foram negligenciadas”

“As questões relacionadas à segurança da informação e LGPD foram negligenciadas” / Lei Geral de Proteção de Dados / Maurício Rotta / Mestre e Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina



Entrevista MAURÍCIO ROTTA *especialista em segurança de dados*

“As questões relacionadas à segurança da informação e LGPD foram negligenciadas”

Doutor e mestre em engenharia e **gestão do conhecimento e especialista em desenvolvimento de sistema Web**, Maurício Rotta analisa que a pandemia forçou as empresas a passarem por uma transformação digital para a qual não estávamos preparados nem protegidos

Doutor e mestre em engenharia e gestão do conhecimento pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), especialista em desenvolvimento de sistemas Web com certificações internacionais em proteção de dados, o advogado e cientista da computação, Maurício Rotta, dirige com dois sócios - fundadores empresa que é considerada líder do mercado catarinense em projetos e soluções nas áreas de LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) seja pessoais, compliance e governança corporativa. Para Rotta, seu propósito é promover a transformação da cultura organizacional por meio da implementação de soluções voltadas à integridade empresarial. “Aquí acreditamos, de verdade, que os valores da ética, do respeito, da transparência, da integridade e da excelência devem nortear todas as relações”, diz a apresentação da corporação. Em entrevista, ele analisa a situação da LGPD no Brasil, lei que passou a vigorar em plena pandemia, quando as relações pessoais e empresariais se intensificaram no mundo virtual. Admite que o Brasil está atrasado em relação à proteção de dados e que estamos reféns da impunidade no universo de crimes virtuais.



“Em termos de legislação, a nossa lei geral de proteção de dados tem inspiração europeia. A gente seguiu muito do que a Europa já faz em termos de proteção e privacidade de dados. O problema é que no Brasil, ainda existe a cultura da impunidade.”

Maurício Rotta desenvolveu no doutorado pesquisa relacionada a temas como Governo Eletrônico, Gestão Pública, Governança Corporativa e Compliance

Observando a influência da tecnologia na segurança, o senhor acredita que fomos pegos de surpresa nas questões de crimes tecnológicos? Durante um bom tempo as questões relacionadas à segurança da informação e proteção de dados foram um pouco negligenciadas. Na Alemanha, em 1970, por exemplo, os alemães já tinham uma lei geral de proteção de dados. Lógico, não exatamente nos modos atuais, mas já tinham uma legislação. A Europa

já vem trabalhando nessas questões há quase 50 anos. E, aqui no Brasil, a gente começou a discutir esse tema há dois ou três anos atrás. Então, veja só, foi uma combinação complicada. Porque nós tivemos a pandemia, que forçou as empresas a passarem por uma transformação digital. Quantos restaurantes tiveram que passar a funcionar no iFood? Quantas empresas não tiveram que desenvolver o home office? Nós passamos por uma transformação muito rápida e nos

faltava essa cultura de prevenção, de cuidado, de combater os criminosos cibernéticos. Então, é muito comum hoje a gente ver situações de golpe aplicados por meio do WhatsApp, ligações telefônicas, cartão clonado. Em situações mais críticas, as empresas podem ter seus sistemas e suas bases de dados completamente sequestradas. As quais são liberadas pelo pagamento de um resgate. Então, penso que sim, aqui no Brasil a gente levou um susto.

O senhor citou a pandemia, que teve um cenário de redução de crimes “físicos”, mas em contrapartida houve um aumento nos crimes virtuais. Isso vem para abrir nossos olhos? Sem dúvida alguma. Talvez antes da pandemia algumas questões relacionadas a crimes cibernéticos tivessem mais distantes da nossa realidade. Com a pandemia e a utilização mais intensiva de computador, celular e aplicativos, todos nós estivemos mais próximos desse cenário. Então, conseqüentemente, passamos a sentir essas dificuldades de uma maneira mais presente no dia a dia. As pessoas não tinham noção dos impactos que as tecnologias causam na nossa rotina. Mas a pandemia nos aproximou deste tema.

No Brasil recentemente criou-se a LGPD (Lei Geral de Processamento de Dados). Ela é um caminho suficiente ou ainda precisamos avançar no tema? Em termos de legislação, a nossa lei geral de proteção de dados tem inspiração europeia. A gente seguiu muito do que a Europa já faz em termos de proteção e privacidade de dados. O problema é que no Brasil, ainda existe a cultura da impunidade. Muitas organizações acreditam que estão à margem da lei, que ela não vai surtir efeito. Mas o que temos visto no dia a dia é justamente o contrário. A fiscalização se dá hoje por meio do Ministério Público, da Secretaria Nacional do Consumidor, através dos Procons (órgãos de defesa do consumidor) e de outras empresas que precisam estar em conformidade com a LGPD. Eu penso que a gente vai ter cada vez mais notícias de fiscalizações acontecendo por parte de órgãos que fazem defesa de fuso ou mesmo de parceiros comerciais, que exigirão daquela determinada empresa a conformidade da lei.

Como garantir a privacidade dos nossos dados? Existe uma maneira de deixá-los totalmente protegidos? Essa é uma faca de dois gumes. Porque de um lado nós precisamos dar exposição aos nossos dados, para ter acesso aos serviços públicos que nos são oferecidos. Por exemplo, se eu vou no SUS (Sistema Único de Saúde) ou em um posto de saúde, eles terão acesso aos meus registros médicos, dados pessoais, exames, cirurgias ou procedimentos que realizei. É necessário ter esses dados para realização do atendimento. Por outro lado, hoje o Estado

brasileiro é o principal acumulador de dados pessoais. Então, existe uma responsabilidade muito grande por parte do Estado no sentido de resguardar os dados que eles coletam de cada um. Esse é um dos pontos mais preocupantes hoje, porque a iniciativa privada tem, na medida das suas possibilidades, buscado adequação à conformidade da lei. O Estado está mais atrasado. E quem o fiscaliza? Atualmente, o próprio Estado brasileiro é nossa maior preocupação em termos de segurança da informação. Eu não vejo uma solução fácil para isso. Por isso, esta pergunta não tem uma resposta simples e objetiva.

Quanto a outros tipos de crimes, como estelionatos e golpes. Qual a função do Estado para combater essas práticas?

Nesse aspecto, o Estado precisa estar melhor equipado. Vamos imaginar uma situação: uma quadrilha especializada em crimes cibernéticos aplica o golpe, por exemplo, lá dos Estados Unidos aqui no Brasil. As dificuldades já começam porque esses golpistas não estão sujeitos à legislação brasileira, eles respondem à legislação dos Estados Unidos. A gente tem muita dificuldade, por exemplo, em identificar o ponto do ataque. Uma vez que eu saiba de onde o ataque ocorreu, a minha próxima dificuldade é conseguir localizar os atacantes de outro país. E, principalmente, conseguir com que eles sejam processados. Essa situação de termos um ciberespaço sem regramento específico é perigosa, ou seja, eu posso realizar crimes de um país em relação ao outro e permanecer na impunidade. Existem hoje órgãos, por exemplo, como a Interpol na Europa, ou o departamento norte-americano de defesa, dedicado ao combate dos crimes cibernéticos. Mas não é fácil, para conseguir identificar o atacante, o local de onde partiu o crime, quem foi o atacante e conseguir a colaboração de autoridades locais é complexo. Essa é outra dificuldade que nós vivemos também.

Na opinião do senhor, o cenário para os próximos anos é otimista? Eu sou otimista, mas a gente precisa ser realista nesse aspecto. A inovação tecnológica está caminhando a passos largos. E muitas vezes a gente não consegue acompanhar ou fazer uma avaliação do que está por vir. Por exemplo, na Europa, estão sendo discutidos os impactos que os algoritmos têm na inteligência

artificial. Essa é uma questão que tem preocupado quem estuda o tema. Muitas vezes, a gente não consegue vislumbrar o impacto que uma nova tecnologia vai proporcionar. E temos várias hoje em dia, tem as questões de criptomoedas também, ou seja, o dinheiro está se tornando cada vez mais virtual. Tem muitas mudanças acontecendo e a verdade é que a gente não acompanha o ritmo de tudo. Eu sou otimista, mas penso que as empresas devem fazer uma boa gestão de riscos, no momento que vão utilizar uma nova tecnologia.

O futuro vai exigir novas especializações para garantir a segurança virtual?

Já existem alguns cursos de defesa cibernética e de polícia forense. Pensando, justamente, em formar profissionais com esse perfil. Mas aqui no Brasil, nesse ponto estamos bem atrasados. Mas é importante chegar nesse ponto, pois uma coisa puxa a outra. Os crimes mais graves que vemos acontecendo hoje são os ataques de ransomware. Isso ocorre quando os atacantes invadem a empresa, sequestram a base de dados e pedem resgate. Muitas vezes, esses dados são vazados, ou seja, eles fazem uma cópia. Isso aconteceu com grandes redes, como a Renner no ano passado, aconteceu com as Americanas, o Submarino e com o grupo JBS. Quais são as consequências disso? Por exemplo, receber um boleto da Renner dizendo que você tem uma conta vencida. Eles enviam um boleto falso referente àquela compra que você fez. Esses vazamentos permitem que fraudadores utilizem os dados para abertura de contas ou de empresas.

Parte dos crimes cometidos atualmente ocorrem por desconhecimento de quem sofre. É papel do Estado melhorar essa conscientização?

Eu sou um grande defensor do papel do Estado na conscientização das pessoas acerca desses riscos. Então, eu acho que seria muito legal que as crianças já tivessem na escola aulas de etiqueta e de proteção, para que realmente saibam os riscos que estão correndo. Seria muito importante, não só para as crianças, mas para os adultos também. Todos nós conhecemos um amigo, uma pessoa que sofreu um crime que talvez poderia ter evitado se tivesse sido conscientizada. Então, penso que deveria haver campanhas de conscientização.



“Existe uma responsabilidade muito grande por parte do Estado no sentido de resguardar os dados que eles coletam de cada um. Esse é um dos pontos mais preocupantes hoje, porque a iniciativa privada tem, na medida das suas possibilidades, buscado adequação à lei.”

“Eu sou otimista, mas a gente precisa ser realista nesse aspecto. A inovação tecnológica está caminhando a passos largos. E muitas vezes a gente não consegue acompanhar ou fazer uma avaliação do que está por vir.”

MAURÍCIO ROTTA,
referência catarinense
quando o tema é a LGPD

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[Aumenta o número de doenças que são tratadas com remédios derivados da cannabis](#)

[Campanha de Bolsonaro começa com fake News e TSE age](#)

[Cem anos do radio no Brasil: As transformações do radiojornalismo](#)

[Como usar vidros na construção civil de forma sustentável e segura](#)

[Dia D: Sábado de multivacinação em Santa Catarina](#)

[Eles alimentam ratos com refrigerantes por 2 meses e esses foram os resultados](#)

[Em situação de rua, venezuelano é aprovado em universidade de SC](#)

[Empresas dos EUA investem na contratação de brasileiros com nível superior](#)

[Equipe da UFSC Blumenau é a campeã da etapa superior do Desafio ValeEUrobotic 2022](#)

[Equipe da UFSC Blumenau é a campeã da etapa superior do Desafio ValeEUrobotic 2022](#)

[Ex-reitores de universidades federais formalizam apoio a Lula](#)

[Florianópolis continua vacinação contra Covid-19, Influenza e vacinas do calendário, nesta sexta-feira, 19 de agosto](#)

[Florianópolis vacina contra poliomielite, gripe, Covid-19 e outras doenças neste sábado](#)

[Magia x porcaria](#)

[Mais de 10 mil candidatos participam de concurso para juiz em Santa Catarina neste domingo](#)

[Manual traz orientações sobre avicultura orgânica](#)

[Morador de rua venezuelano é aprovado na Universidade Federal de Santa Catarina](#)

[Pesca da tainha: tradição que movimenta a ciência e a economia de Santatarina](#)

[Primeiro vestibular unificado da UFSC e IFSC deve ser realizado em dezembro](#)

[Resistência Democrática](#)

SC tem alta de 67% nas candidaturas de negros e aumento é 'puxado' por mulheres

UFMS está entre as 21 instituições de Ensino Superior brasileiras classificadas no Ranking de Shangai

UFSC e IFSC divulgam datas do vestibular unificado

UFSC e IFSC terão vestibular unificado pela primeira vez; veja como será

UFSC irá oferecer 1.412 vagas em atividades físicas e esportivas para a comunidade

Venezuelano em situação de rua é aprovado na UFSC: 'vou escrever um novo capítulo'

Venezuelano em situação de rua é aprovado na UFSC: 'vou escrever um novo capítulo'

Venezuelano em situação de rua é aprovado na Universidade Federal de Santa Catarina

Venezuelano em situação de rua é aprovado para a UFSC

Venezuelano em situação de rua ingressa em curso na UFSC

Venezuelano em situação de rua passa em vestibular da UFSC

Venezuelano em situação de rua passa em vestibular da UFSC: 'Novo capítulo'